

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

REPRESENTAÇÃO Nº../2022

O PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com representação no Congresso Nacional e o Deputado Federal REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES, brasileiro, solteiro, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal (PT/MG) e Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores – PT na Câmara Federal, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 426, Anexo IV CEP 70.160-900 e endereço eletrônico dep.reginaldolopes@camara.leg.br, vêm à presença de Vossa Excelência, o primeiro por intermédio de sua Presidente Nacional (doc. 1), com esteio no art. 55, inciso II e §2º da Constituição Federal e art. 3º e 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, ofertar a anexa Representação em face da prática de atos em tese atentatórios ao Decoro Parlamentar, em desfavor do Senhor Kim Patroca Kataguirí, brasileiro, Deputado Federal pelo Democratas do Estado de São Paulo (SP), para o que requerem seja ela recebida e encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, conforme determina o §3º do art. 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Termos em que
Pede e espera deferimento.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2022.

Gleisi Helena Hoffmann
Presidenta do partido dos Trabalhadores

GLEISI HELENA
HOFFMANN: [REDACTED] Assinado de forma digital por GLEISI
HELENA HOFFMANN [REDACTED]
Dados: 2022.02.09 19:59:26 -02'00'

Reginaldo Lopes
Deputado Federal – PT/MG



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Apresentação: 12/04/2022 19:35 - Mesa

REP n.19/2022

O PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com representação no Congresso Nacional e o Deputado Federal REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES, brasileiro, solteiro, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal (PT/MG) e Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores – PT na Câmara Federal, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 426, Anexo IV CEP 70.160-900 e endereço eletrônico dep.reginaldolopes@camara.leg.br, vêm à presença de Vossa Excelência, com base no inciso II e §1º, do art. 55 da Constituição Federal e, ainda, com base no que dispõe o Regimento Interno e o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados ofertar



REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

Em face do Senhor Deputado Federal Kim Patroca Kataguri, do Democratas - SP, tudo conforme fatos e fundamentos que passa a dilucidar.

I – Dos fatos.

Na última segunda-feira, dia 07 de fevereiro de 2022, vieram à baila o conteúdo da gravação do programa Flow Podcast, apresentado por Bruno Aiub, mais conhecido como Monark, onde foram entrevistados o Deputado Federal Kim Kataguiure e a Deputada Federal Tábata Amaral.

A sociedade brasileira e a comunidade internacional ficaram perplexas e revoltadas, quando em determinado momento do programa, o Apresentador defendeu abertamente, de forma criminosa, a legalização de um partido nazista no Brasil.

A Deputada Federal Tábata Amaral, de forma escorreita, discordou e criticou a afirmação e a defesa dessas ideias antissemitas. Entretanto, o Deputado Federal Kim Kataguri, ora Representado, aderiu à opinião do apresentador e também defendeu a posição de que o nazismo não deveria ser considerado crime no Brasil e que as pessoas tinham o direito de propagar essa compreensão (liberdade de manifestação), no bojo de uma disputa social de ideias, contra e a favor da legalização do nazismo.

Ora, defender a doutrina nazista, que prega o ódio, a intolerância e o extermínio de parcela consideravam de seres humanos, numa abominável perspectiva de supremacia, não apenas atenta contra os princípios e valores albergados na Constituição da República Federativa do Brasil e em diversos tratados internacionais de Direitos Humanos a que o Estado brasileiro aderiu e internalizou, como ofende e menoscaba a memória das milhares de vítimas dessa compreensão soez de sociedade ou de política, que jamais deveria ser considerada como plausível por um Deputado Federal, quanto mais por ele defendida.

Trata-se de escancarada apologia ao nazismo, que não encontra qualquer fundamento ou respaldo no direito de livre manifestação e expressão, na medida em que na ponderação de colisões entre direitos fundamentais, que não ostentam a condição de absolutos, a defesa da vida e da dignidade humana deve prevalecer sobre essas compreensões de ódio que ainda teimam em florescer em nossa sociedade.

Na verdade, há muito o Supremo Tribunal Federal já deixou assente que a defesa do antissemitismo, em qualquer de suas formas de manifestação, é crime tipificado em legislação nacional e rechaçado pela Constituição e pelos tratados internacionais de que o Brasil faz parte. Nesse sentido, a emenda do Acórdão proferido no Habeas Corpus nº 82.424:

HC 82424

Órgão julgador: Tribunal Pleno

Relator(a): Min. MOREIRA ALVES

Redator(a) do acórdão: Min. MAURÍCIO CORRÊA

Julgamento: 17/09/2003

Publicação: 19/03/2004

Ementa

HABEAS-CORPUS. PUBLICAÇÃO DE LIVROS: ANTI-SEMITISMO. RACISMO. CRIME IMPRESCRITÍVEL. CONCEITUAÇÃO. ABRANGÊNCIA CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. LIMITES. ORDEM DENEGADA. 1. Escrever, editar, divulgar e comercializar livros "fazendo apologia de idéias preconceituosas e discriminatórias" contra a comunidade judaica (Lei 7716/89, artigo 20, na redação dada pela Lei 8081/90) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade (CF, artigo 5º, XLII). 2. Aplicação do princípio da prescritibilidade geral dos crimes: se os judeus não são uma raça, segue-se que contra eles não pode haver discriminação capaz de ensejar a exceção constitucional de imprescritibilidade. Inconsistência da premissa. 3. Raça humana. Subdivisão. Inexistência. Com a definição e o mapeamento do genoma humano, cientificamente não existem distinções entre os homens, seja pela segmentação da pele, formato dos olhos, altura, pêlos ou por quaisquer outras características físicas, visto que todos se qualificam como espécie humana. Não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Na essência são todos iguais. 4. Raça e racismo. A divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social. Desse pressuposto origina-se o racismo que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista. 5. Fundamento do núcleo do pensamento do nacional-socialismo de que os judeus e os arianos formam raças distintas. Os primeiros seriam raça inferior, nefasta e infecta, características suficientes para justificar a segregação e o extermínio: inconciliabilidade com os padrões éticos e morais definidos na Carta Política do Brasil e do mundo contemporâneo, sob os quais se ergue e se harmoniza o estado democrático. Estigmas que por si só evidenciam crime de racismo. Concepção atentatória dos princípios nos quais se erige e se organiza a sociedade humana, baseada na respeitabilidade e dignidade do ser humano e de sua pacífica convivência no meio social. Condutas e evocações aéticas e imorais que implicam repulsiva ação estatal por se revestirem de densa intolerabilidade, de sorte a afrontar o ordenamento infraconstitucional e constitucional do País. 6. Adesão do Brasil

a tratados e acordos multilaterais, que energicamente repudiam quaisquer discriminações raciais, aí compreendidas as distinções entre os homens por restrições ou preferências oriundas de raça, cor, credo, descendência ou origem nacional ou étnica, inspiradas na pretensa superioridade de um povo sobre outro, de que são exemplos a xenofobia, "negrofobia", "islamafobia" e o anti-semitismo. 7. A Constituição Federal de 1988 impôs aos agentes de delitos dessa natureza, pela gravidade e repulsividade da ofensa, a cláusula de imprescritibilidade, para que fique, ad perpetuum rei memoriam, verberado o repúdio e a abjeção da sociedade nacional à sua prática. 8. Racismo. Abrangência. Compatibilização dos conceitos etimológicos, etnológicos, sociológicos, antropológicos ou biológicos, de modo a construir a definição jurídico-constitucional do termo. Interpretação teleológica e sistêmica da Constituição Federal, conjugando fatores e circunstâncias históricas, políticas e sociais que regeram sua formação e aplicação, a fim de obter-se o real sentido e alcance da norma. 9. Direito comparado. A exemplo do Brasil as legislações de países organizados sob a égide do estado moderno de direito democrático igualmente adotam em seu ordenamento legal punições para delitos que estimulem e propaguem segregação racial. Manifestações da Suprema Corte Norte-Americana, da Câmara dos Lordes da Inglaterra e da Corte de Apelação da Califórnia nos Estados Unidos que consagraram entendimento que aplicam sanções àqueles que transgridem as regras de boa convivência social com grupos humanos que simbolizem a prática de racismo. 10. A edição e publicação de obras escritas veiculando idéias anti-semitas, que buscam resgatar e dar credibilidade à concepção racial definida pelo regime nazista, negadoras e subversoras de fatos históricos incontroversos como o holocausto, consubstanciadas na pretensa inferioridade e desqualificação do povo judeu, equivalem à incitação ao discrimen com acentuado conteúdo racista, reforçadas pelas conseqüências históricas dos atos em que se baseiam. 11. Explícita conduta do agente responsável pelo agravo revelador de manifesto dolo, baseada na equivocada premissa de que os judeus não só são uma raça, mas, mais do que isso, um segmento racial atávica e geneticamente menor e pernicioso. 12.

Discriminação que, no caso, se evidencia como deliberada e dirigida especificamente aos judeus, que configura ato ilícito de prática de racismo, com as conseqüências gravosas que o acompanham. 13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. 14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o "direito à incitação ao racismo", dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica. 15. "Existe um nexo estreito entre a imprescritibilidade, este tempo jurídico que se escoia sem encontrar termo, e a memória, apelo do passado à disposição dos vivos, triunfo da lembrança sobre o esquecimento". No estado de direito democrático devem ser intransigentemente respeitados os princípios que garantem a prevalência dos direitos humanos. Jamais podem se apagar da memória dos povos que se pretendam justos os atos repulsivos do passado que permitiram e incentivaram o ódio entre iguais por motivos raciais de torpeza inominável. 16. A ausência de prescrição nos crimes de racismo justifica-se como alerta grave para as gerações de hoje e de amanhã, para que se impeça a reinstauração de velhos e ultrapassados conceitos que a consciência jurídica e histórica não mais admitem. Ordem denegada. (g.n).

Desse modo, a compreensão manifestada pelo Deputado Representado, no sentido de que o nazismo não deveria ser crime no Brasil e que a própria sociedade, no exercício de um suposto contraditório, poderia repudiar essas ideias criminosas, não passa, ao fim e ao cabo, de uma defesa explícita do

antissemitismo, cuja consequência prática já está registrada na história mundial: ódio, intolerância, desumanização e extermínio de pessoas.

Nessa toada, ao defender abertamente a descriminalização de uma doutrina que prega a disseminação de ódio e intolerância, o Deputado Federal representado se distancia de seus deveres constitucionais e deixa de ser amparado pela imunidade parlamentar material.

Isso porque a imunidade parlamentar material que ampara o direito de opiniões, palavras e votos, na exata medida em que não pode ser compreendida como um direito absoluto, podendo, portanto, ser afastada, como vem afirmando o Supremo Tribunal Federal, não se perfila com condutas que se mostram incompatíveis com as ações que se espera de um representante popular e não abrange, da mesma forma, comportamentos abusivos e criminosos, como ocorre na espécie.

A imunidade material, ademais, que é uma grande conquista da sociedade e do Parlamento, presente em praticamente todas as Cartas Políticas do País, não pode ser compreendida como um passaporte para a impunidade, não é um cheque em branco em que se pode preenche-lo com toda sorte de iniquidades, enfim, não pode ser usada para abrandar comportamentos reprováveis, que vulneram a respeitabilidade do Parlamento e dos seus integrantes e estarrecem, dia após dia, a sociedade brasileira.

A imunidade material, nessa toada, não tem o condão de proteger ações e condutas que se voltam para a disseminação de intolerância política e social, que rechaça a convivência democrática entre os povos, tudo a desqualificar

a importância e a seriedade do cargo de representação popular, configurando, ademais, uma ruptura completa dos preceitos morais que todo Deputado Federal deve cultivar e fortalecer, o que não ocorreu.

A sociedade brasileira deseja de seus Representantes, independentemente das diferenças ideológicas ou das disputas políticas existentes numa sociedade plural, comportamentos que se mostrem mais equilibrados e que suas ações e ideias observem a liturgia que deve pautar o desempenho da atividade parlamentar.

A defesa do nazismo é uma ofensa à sociedade brasileira e a comunidade internacional, representa uma grave desconsideração com o sofrimento dos milhares de vítimas do antissemitismo e ataca o próprio Parlamento, na medida em que explicita, de forma indelével, que um Congressista eleito sob os cânones constitucionais, ainda não entendeu a importância dos alicerces do pluralismo democrático que informa as Nações que se pautam pela defesa intransigente dos direitos humanos.

Assim, as condutas do Representado são graves e demandam uma resposta firme desse Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e do Plenário da Câmara dos Deputados, que não pode silenciar diante desse fato repugnante.

Por outro lado, o instituto do Decoro não pode ser objeto de menoscabo. O decoro parlamentar, como um código de honra, precisa se referir aos valores de uma época e de um grupo. Vem daí sua necessária imprecisão, sua natureza avessa à plena tradução em atos especificados juridicamente. O decoro, assim, tem que ser sempre localizado, temporal e socialmente, pois deve

contemplar padrões de conduta específicos, não se esgotando em ideais universais da humanidade. Disso advém a importância do *caput* do artigo 244 do Regimento Interno da Câmara, que incluiu na definição de quebra de decoro parlamentar “*praticar ato que afete a sua dignidade*”, deixando margem para a avaliação contextualizada de condutas.

As ideias defendidas pelo Deputado, a partir da adesão à defesa e apologia do nazismo, são ultrajantes, desrespeitosas, ofensivas. Violam flagrantemente o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, chocando-se, ademais, com o objetivo fundamental da Nação, consistente nos seguintes pontos insculpidos na Carta Federal (art. 3º, incisos I e IV da CF):

“Art. 3º (...)

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

II – Dos crimes comuns perpetrados pelo Deputado Representado.

A conduta do Representado tipifica, em tese, a prática do seguinte delito inscrito no artigo 287 do Código Penal:

Apologia de crime ou criminoso

Art. 287 - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Ademais, o Representado deu azo, em tese, ao crime tipificado no art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.)

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa

Para além dos possíveis delitos, o Deputado Representado violou flagrantemente o Código de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados.

III – Da violação ao Código de Ética da Câmara dos Deputados. Quebra de Decoro Parlamentar.

Como visto acima, ao agir da forma que agiu, o Deputado Kim Kataguirí, deixou de observar o necessário decoro parlamentar que informa suas altas responsabilidades perante a sociedade, a Câmara dos Deputados e principalmente entre seus pares.

Com efeito, o decoro, inobservado pelo Deputado Representado, traduz-se numa moralidade exterior, numa expressão da honradez e de auto respeito para com os Pares e a própria Casa Legislativa. A postura do representado não se enquadra em peculiaridades de personalidade de cada um, mas de comportamentos, de atitudes que, pelo seu carácter incompatível com o bom proceder de um parlamentar, acabam por depor contra a reputação da própria instituição.

A falta de decoro parlamentar, como se verifica na hipótese desta Representação, é a defesa expressa e estarecedora do antissemitismo, conduta proscrita no mundo democrático e repudiada por todas as sociedades que se pautam pela convivência plural, contra a intolerância e o ódio entre os povos.

Os fatos narrados consistem em ato intolerável e de extrema gravidade. Nesse contexto, a ação perpetrada demanda a necessidade da adoção urgente de providências pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em relação ao Deputado Representado, posto que existem indícios suficientes a ensejar procedimento de apreciação de quebra de decoro parlamentar, sendo imperativo o devido processamento da representação.

IV – Do Direito.

Ao desempenhar dessa forma indecorosa o importante cargo de Representante Popular, dando azo a condutas incompatíveis com a alta relevância da missão constitucional que lhe foi outorgada, o Representado não se desincumbiu da observância dos preceitos éticos que regem a sua atividade parlamentar e, ao abusar dessas prerrogativas, indubitavelmente, incidem na

hipótese do inciso II e § 1º do artigo 55 da Constituição Federal e do Código de Ética e Disciplina da Câmara dos Deputados.

O art. 55, II e §1º da Constituição Federal prescreve:

“Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

§1º. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas”.

O artigo 3º do Código de Ética e Decoro Parlamentar prescreve:

“Art. 3º. São deveres fundamentais do deputado:

II - Respeitar e cumprir a Constituição, as leis e as normas internas da Casa e do Congresso Nacional;

III - zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

Já o artigo 4º do Código estatui que constitui procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

“I – abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional;”

Por fim, o artigo 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar assevera:

“Art. 5º Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

X – deixar de observar intencionalmente os deveres fundamentais do Deputado, previstos no art. 3º deste Código”.

Decoro, não custa reafirmar desde logo, é comportamento, é imagem pública, é honra, é dignidade. Decoro parlamentar é obrigação de conteúdo moral e ético que não se confunde com aspectos criminais, embora deles possa decorrer.

As condutas imputadas ao Representado em nada dignificam o mandato que ela titulariza e muito menos o Parlamento, que se vê constantemente envolto com ataques da espécie, que vitima a sociedade e a democracia brasileira.

Desse modo, restam configuradas, em tese, nas condutas do Representado, hipóteses de quebra do decoro parlamentar, traduzidas em conduta inaceitável para um Parlamentar, devendo tal procedimento ser analisado à luz das penalidades descritas no art. 10 do Código de Ética e Disciplina Parlamentar.

V – Do Pedido.

Face ao exposto, requer-se:

- a) o recebimento, autuação e processamento da vertente Representação perante o Colegiado dessa Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com vistas à abertura de processo ético disciplinar, por quebra de decoro parlamentar do Deputado Federal Kim Kataguri (DEM/SP);
- b) a notificação do Representado para que responda, se lhe aprouver, a presente Representação no prazo regimental;
- c) sem prejuízo da defesa técnica, o depoimento pessoal do Representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados;

Postula-se, ao final, pela procedência da presente Representação com a recomendação ao Plenário da Câmara dos Deputados, ou à própria Comissão de Ética, das sanções cabíveis.

Termos em que
Pede e espera deferimento.
Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2022.

GLEISI HELENA
HOFFMANN: [REDACTED] Assinado de forma digital por GLEISI
HELENA HOFFMANN [REDACTED]
Dados: 2022.02.09 20:01:18 -02'00'

Gleisi Helena Hoffmann
Presidenta do partido dos Trabalhadores

Reginaldo Lopes
Deputado Federal – PT/MG

Documentos anexos:

- 1 – Documentos constitutivos do Partido dos Trabalhadores e comprovação da eleição e escolha da atual Presidente;
- 2 – Cópia do vídeo em que o Representada faz apologia ao nazismo e publicações que repercutiram a ação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Representação do Partido dos Trabalhadores (PT) em desfavor do Senhor Deputado KIM KATAGUIRI, protocolizada em 9 de fevereiro de 2022. Imputação de conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Em 12/04/2022.

Numere-se, publique-se e encaminhe-se ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.


ARTHUR LIRA
Presidente

